

DIÁLOGO ISSN (2238-9024)

<http://www.revistas.unilsalle.edu.br/index.php/Dialogo>

Canoas, n.32, ago. 2016

 <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.16.34>

Submetido em: 15/09/2015

Aceito em: 15/06/2016

Gênero e trabalho: Reflexão necessária na incubação em economia solidária

Ivan Penteado Dourado¹

Carina Fachinetto²

Anna Maria Malaquias de Quadros³

Anderson Moreira dos Santos⁴

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar e discutir a relação de gênero e trabalho. Abordaremos essa temática dentro de uma perspectiva cultural da realidade do município de Passo Fundo. A pesquisa se deu através do grupo de alunos de Serviço Social participantes do projeto de extensão “Inserção Produtiva e Trabalho Decente: Assessoria em economia solidária no município de Passo Fundo/RS”, juntamente com o coordenador do projeto e professor de sociologia, Ivan Dourado, sendo todos estes vinculados à Universidade Comunitária de Passo Fundo (UPF). Neste artigo, pretendemos apresentar o histórico do projeto e, posteriormente, traremos um recorte analítico que nos permitirá discutir mais profundamente a questão de gênero e atividades laborais. Para tanto, buscaremos expor formas de inserção das mulheres no trabalho cooperativo e as possibilidades de reprodução/superação dos trabalhos socialmente reconhecidos como ‘de mulher’ na Economia Solidária. O projeto, nos anos de 2013 e 2014, realizou um mapeamento da realidade das cooperativas de Economia Solidária do município de Passo Fundo. Deste, retiramos alguns dados para pensar o papel da mulher nos espaços de trabalho, tendo como ponto de vista cultural as ideias de Roberto DaMatta (1985). Com isso, temos a intenção de responder à seguinte questão: como a produção ou reprodução do gênero feminino ocorre nas atividades laborais realizadas no interior do espaço cooperativo solidário?

Palavras-Chave: Economia Solidária; Cooperativismo; Gênero; Trabalho.

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Doutorando em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor de Sociologia da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: ivan.dourado@acad.pucrs.br

² Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Extensionista do Projeto de Extensão em Economia Solidária da Universidade de Passo Fundo (UPF).

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Extensionista do Projeto de Extensão em Economia Solidária da Universidade de Passo Fundo (UPF).

⁴ Graduando em Serviço Social pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Extensionista do Projeto de Extensão em Economia Solidária da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Gender and work: Reflection needed in incubation on solidarity economy

Abstract: This article aims to present and discuss the relation of gender and work. We will approach this topic within a cultural perspective of the city of Passo Fundo. The data and literary research occurred by a group of students of Social Work, who are members of the extension project 'Productive Integration and Decent Work: Advisory on solidarity economy in Passo Fundo / RS', with the project coordinator and Sociology professor, Ivan Dourado, being all of them linked to the Community University of Passo Fundo (UPF). In this article, we intend to present the history of the project and later, we will bring an analysis that will allow us to discuss further the issue of gender and labor activities. Therefore, we pretend to show some ways of women inclusion in cooperative work and the possibilities of reproduction/overcoming on the socially recognized 'woman work' in the Solidarity Economy. The project, in the years 2013 and 2014, conducted a mapping of the reality of Solidarity Economy cooperatives in the city of Passo Fundo. From this, we found some data to consider the role of women in work spaces, with the cultural point of view from the ideas of Roberto Da Matta (1985). Thus, we have the intention of responding to the question: how the production and reproduction of females occurs in industrial activities within the solidarity cooperative space?

Keywords: Solidarity Economy; Cooperativism; Gender; Work.

Introdução

Este artigo foi desenvolvido por alunos de Serviço Social, membros do projeto de extensão da UPF "Extensão Universitária e Trabalho Decente: Assessoria em economia solidária", assim como pelo coordenador, professor Ivan Dourado. O objetivo principal deste trabalho será problematizar a realidade das mulheres no mercado de trabalho na cidade de Passo Fundo, focando principalmente nos tipos de atividades produtivas realizadas pelas mulheres no interior das cooperativas de economia solidária.

Sabemos que o projeto de extensão sinaliza uma das trajetórias mais importantes de uma atividade oriunda do meio acadêmico. Os projetos de extensão possuem, entre suas principais potencialidades, o poder de responder a demandas sociais, tendo como base as pesquisas e mapeamentos, ou seja, ele parte de leituras da realidade academicamente fundamentadas.

Este projeto de extensão universitária tem aproximadamente 10 anos de existência. Iniciou em 2005 por meio de uma atividade acadêmica de acolhimento e atendimento psicológico multidisciplinar, que era direcionado às pessoas desempregadas ou em vias de perder o emprego. Foi institucionalizado, em meados de 2007, como "Projeto de Atendimento a Sujeitos e Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade", situação esta decorrente da impossibilidade de acesso ao trabalho.

Neste período, a proposta do projeto consistia na realização de um novo olhar para um conjunto de dificuldades, pessoais e familiares, enfrentados por pessoas de algumas comunidades que viviam o desemprego e o não trabalho.

Em 2008, o projeto reorientou-se para o desenvolvimento de metodologias de intervenção, com objetivo de fortalecer a autonomia dos sujeitos. A principal finalidade era possibilitar o alcance de uma futura inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Para isso, a proposta passou a focar na criação de vínculos com as pessoas e famílias que se sentiam acolhidas através do contato com docentes, discentes e líderes comunitários. O ideal da Economia Solidária surgiu, inicialmente, como um mecanismo, o qual visava assegurar espaços de fala e de elaboração de suportes, psíquicos e comunitários, para o enfrentamento dos momentos de desemprego e do não trabalho.

Nos anos de 2009 e 2010, através da Associação de Mulheres Amigas da Vila (AMAV), o atendimento se restringiu apenas a uma das comunidades. Neste período, se realizou uma pesquisa inicial, cujo objetivo era compreender as estratégias e as implicações da experiência de desemprego e do não trabalho junto às famílias. Percebeu-se que o mapeamento desta realidade não seria suficiente, já que o problema do desemprego constitui um fator onde os trabalhadores não são os protagonistas desta condição. Observou-se, então, que era preciso compreender as alternativas ao mercado de trabalho formal, ou seja, aos espaços onde o trabalhador tivesse como agir na luta pelo trabalho e renda de forma autônoma.

A partir de então, o principal eixo de trabalho mudou e a nomenclatura do projeto foi alterada para “Inserção produtiva e trabalho decente: assessoria em economia solidária no município de Passo Fundo/RS”. A equipe passou a dedicar-se, especialmente, a realização de um diagnóstico, que logo se transformou em um mapeamento. Este auxiliou para que se pudesse conhecer e compreender, de forma mais ampla, a realidade dos grupos de economia solidária existentes no município de Passo Fundo/RS.

A metodologia utilizada para a construção do mapeamento foi uma pesquisa de campo realizada através de visitas e entrevistas semiestruturadas realizadas juntos aos empreendimentos. As etapas de tabulação, organização e análise já foram realizadas,

faltando apenas revisões finais para a posterior publicação destes dados mapeados. Esse exercício acadêmico e metodologicamente orientado trouxe elementos muito relevantes.

No ano de 2015, o projeto, munido dos dados resultantes deste mapeamento, identificou a grande necessidade de realizar a promoção de diferentes formas de auxílio aos empreendimentos. Esses se dariam por meio de assessorias técnicas, também chamadas de incubadoras universitárias. Hoje, o projeto é realizado por alunos e professores extensionistas dos cursos de Serviço Social, Sociologia, Direito e Psicologia, e todos estão empenhados em estudos teóricos e técnicos de publicações sobre estratégias já existentes de incubação, para que, assim, possam atuar de forma mais eficiente.

A leitura e o debate sobre textos e livros que compartilham experiências de incubação universitária no Brasil constituíram uma das principais atividades realizadas neste primeiro semestre. Várias questões e problemáticas estão sendo discutidas de forma democrática e participativa nas reuniões do grupo de extensão. Professores e alunos possuem a mesma voz e vez a essas experiências distintas de formação, pois alimentam uma experiência nos moldes interdisciplinares. Perspectivas de professores extensionistas de áreas distintas, somadas às perspectivas dos alunos extensionistas, contribuíram enormemente para a ampliação do escopo analítico da realidade teórica e prática da Economia Solidária no Brasil. Este artigo é resultado de parte destas experiências.

Portanto, para a construção do presente texto, propomos um recorte específico sobre essa realidade mapeada. Pretendemos problematizar a questão de trabalho e gênero, levantando alguns tópicos para solucionar a seguinte problemática: *Como as atividades laborais realizadas pelas mulheres na realidade da Economia Solidária, no município de Passo Fundo, produzem, reproduzem ou superam as atividades socialmente reconhecidas como “de mulher”?* Consideraremos a reflexão sobre essas questões, partindo de dados sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e, apoiados em alguns conceitos de Roberto DaMatta (1985), buscaremos partir de uma reflexão de ordem social e cultural.

A mulher e o seu ingresso no mercado de trabalho

No decorrer da história, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por discriminação, silêncio, divisão social e sexual de tarefas. Para melhor compreensão dessa trajetória, começaremos com dados históricos do Brasil. No começo do século XVI, em um cenário escravocrata, o trabalho era dividido por critérios diversos, entre eles a questão de gênero. Neste contexto, Oliveira (2008) identifica o papel que o escravo desempenhava, dividido em atividades da casa (Casa Grande), o qual era desenvolvido pelas mulheres, e o trabalho pesado do campo e da rua, desempenhado por escravos homens (senzala) (OLIVEIRA, 2008).

Com a abolição da escravatura, ocorrem pequenas mudanças nesse cenário. Devido à falta de trabalho e amparo legal, os escravos libertos passaram a viver de maneira vulnerável às margens da sociedade, mas agora eram considerados legalmente como homens livres. A exclusão era explícita e justificava-se por critérios raciais, gênero e aquisição econômica. Neste período, as mulheres continuaram “presas” nos espaços domésticos, mas agora em suas próprias moradias.

A inserção da mulher no mundo do trabalho formalizado ocorreu de forma precária, pois uma das maiores justificativas eram os interesses econômicos. A mão de obra feminina foi incluída dentro de uma concepção de inferioridade dada pela natureza frágil da mulher. Ou seja, com a justificativa de menor produtividade, os pagamento de salários se davam de forma inferior ao que era concedido aos homens. Porém, essa desigualdade não se justifica, já que ambos realizavam as mesmas tarefas e tinham a mesma carga horária. Sem contar que a média de trabalho era em torno de 16 horas diárias, o que resultava em condições muito precárias à saúde das trabalhadoras (OST, 2009).

Segundo Martins, naquela época já era perceptível o acúmulo de afazeres que as mulheres possuíam. Isso, posteriormente, foi nominado como “jornada dupla”, fundamentada na situação em que as mulheres viviam, na qual, após o expediente de trabalho, ainda acumulavam os afazeres domésticos e dos filhos, sem receber nenhum benefício de gestação e nem mesmo ter direito a licença maternidade (PINTO MARTINS *apud* OST, 2009)

Apesar de toda dificuldade enfrentada historicamente pela mulher para se inserir nos espaços formais de trabalho, nas últimas décadas acompanhamos um número cada vez maiores de mulheres no mercado de trabalho. Um relatório recente divulgado em

abril deste ano pelas Nações Unidas foi chamado de “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016 - Transformar as economias para realizar direitos” (ONU, 2015). Esse documento aponta que os salários das mulheres são, em média, 24% inferiores aos dos homens que ocupam a mesma função.

No Brasil, elas representam 41% da População Economicamente Ativa (PEA). Apesar disso, o ingresso no mercado de trabalho entre os gêneros está longe de ser igualitário. Segundo dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 1999), constatou-se que as mulheres recebiam aproximadamente 60,7% do salário masculino. Já a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho em 1950 era de 13,6%, e, em 2013, temos uma taxa de mais de 49% da população de mulheres em idade ativa ocupando o mercado de trabalho formal (IBGE, 2013).

Podemos dizer que desde os primórdios da organização laboral existiram diferentes tipos de divisões sexuais do trabalho. As tarefas femininas e as tarefas masculinas, de modo geral, estão contextualizadas em justificativas naturais. A esfera feminina situa-se no mundo doméstico, a elas cabe o papel de cuidar da família, das crianças, dos idosos e dos incapazes, o que reflete, claramente, nas atuações profissionais que tem as mulheres como maioria. Porém, funções que possuem um reconhecimento maior na sociedade, ou seja, funções produtivas e de poder, ficaram historicamente nas mãos masculinas.

Segundo Silva (1997), essa distinção sexual não expressa as possibilidades e capacidades naturais, mas a assimetria nas relações de gênero que são construídas socialmente. A relação entre homens e mulheres estabelecidas define a questão da submissão do gênero feminino e da opressão masculina exercida cotidianamente. Ou seja, as relações profissionais acabam refletindo as relações sociais estabelecidas e levam a mulher a ser tratada de maneira inferior ao homem, sendo estigmatizada como o “sexo frágil”.

Dentro desse quadro, apesar da inserção massiva da mulher no mercado de trabalho formal, a divisão sexual do trabalho ainda existe. As atividades femininas continuam concentradas em setores como serviços pessoais, saúde e educação. A grande maioria ainda se concentra em atividades consideradas de “mulher”. Do grupo feminino da PEA, 23% é composto por empregadas domésticas, e as demais se dividem na saúde

e educação. Outro fator que concretiza esse dado são os resultados da PNAD (IBGE, 2001), que provam que as mulheres possuem taxas de desemprego superiores às dos homens e poucas ocupam cargos de alto escalão ou de chefia.

Todavia, as desigualdades também podem ser encontradas entre as mulheres. Há dois extremos na relação entre qualificação e cargos. Por um lado, temos uma classe altamente qualificada (arquitetas, juízas, engenheiras, etc.) que recebem altos salários e que, apesar de ainda ser minoria, formam um leque significativo para questões de ordem simbólica, servindo como exemplos para as próximas gerações. Contudo, existe uma maioria de mulheres trabalhadoras com baixa ou nenhuma qualificação que, conseqüentemente, recebem salários muito inferiores. As mulheres, em sua maioria, vivem uma condição de empregadas laborais que não possuem reconhecimento ou prestígio social e são facilmente substituídas por outras na mesma situação. Essa última categoria, por sua vez, é constituída pelas primeiras vítimas do desemprego. Esse quadro de exclusão e desigualdade vivido pela maioria das mulheres brasileiras permitiria explicar sua condição no ingresso em cooperativas de economia solidária.

A Economia Solidária e o trabalho feminino

A economia solidária surge no Brasil no século XX como uma resposta dos trabalhadores à exclusão social gerada pelo capitalismo. Foi inspirada nas ações pioneiras de Owen no início da Revolução Industrial, na qual os trabalhadores experimentaram a construção de espaços cooperativos de trabalho para se manter em greves e custear suas necessidades de vida. Porém, a Economia Solidária surge no Brasil como uma espécie de alternativa de geração de trabalho e renda para os excluídos do mercado de trabalho formal (SINGER, 2003). Segundo afirma Singer, a Economia Solidária no Brasil aponta para:

(...) um desenvolvimento durável e sustentável na sua qualidade de vida, que contemple, além dos aspectos materiais, o nível consciente dos desejos, acesso igualitário a um sistema de justiça, estar ao abrigo de repressão política, da violência física e psíquica e de outras formas de sofrimento (2003, p. 127)

O surgimento desse novo segmento econômico chamado de Economia Solidária torna-se uma opção para enfrentar a realidade de exclusão trabalhista. Além de atender questões econômicas mais urgentes através da geração de trabalho e renda, os empreendimentos solidários buscam a construção de gestão coletiva e democrática com

base em valores como igualdade, solidariedade e cooperação. Ou seja, são hegemonicamente ocupados por parcelas historicamente excluídas, que, anteriormente, eram chamados de trabalhadores informais. Para as mulheres, a economia solidária aponta para alternativas e possibilidades de conquistas de maior igualdade. Sejam em cargos e salários, ou mesmo na possibilidade de assumir posições de poder, estas experiências possibilitam um maior protagonismo das mulheres no espaço de trabalho.

A mulher inserida em espaços de trabalho formal ou em espaços cooperativos solidários acaba se tornando um novo agente econômico relevante. A mulher sempre se caracterizou como aquela que se dedica exclusivamente à família, mediadora de cuidados do lar, carregando o fardo da responsabilidade pela provisão das necessidades dos membros dependentes, ocupando esse espaço e absorvendo conhecimentos deste mundo (SEN, 2010). Porém, agora, apesar da mulher se inserir como agente econômico relevante fora do espaço doméstico, esse passado “do lar” ainda persiste e influencia sua trajetória laboral.

Se analisarmos os dados do Segundo Mapeamento de Economia Solidária realizado no Brasil pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, disponível na plataforma SIES, encontraremos uma predominância do gênero masculino no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, os homens representam 56,4% em relação às mulheres, que correspondem a 43,6%. (SIES, 2013). Já segundo mapeamento realizado nos empreendimentos de economia solidária da região Sul, se percebe um número ainda maior de homens, sendo eles 67,2% do total de associados, com as mulheres respondendo por apenas 32,8% (SIES, 2013).

Porém, no município de Passo Fundo, essa realidade é distinta do Brasil e da região Sul. O município de Passo Fundo possui 184.869 habitantes (Censo de 2010) e se enquadra no contexto das cidades médias, as quais vêm atraindo capital e trabalho (MORETTO, 2007). Segundo levantamento realizado pelo projeto “Extensão Universitária e Trabalho Decente: Assessoria em economia solidária no Município de Passo Fundo”, a maioria dos empreendimentos solidários são compostos por mulheres, ou seja, 73% dos membros são do gênero feminino e apenas 27% são representados pelo gênero masculino.

Ao realizar o mapeamento da realidade cooperativa e solidária no município de Passo Fundo, diferentes dados foram identificados e teoricamente discutidos. Os dados

apresentados partem da realidade de trinta e cinco empreendimentos visitados, localizados em 34 bairros e em comunidades na zona rural do município. Dos trinta e cinco empreendimentos mapeados, quatorze pertencem ao ramo da alimentação, outros quatorze ao ramo do artesanato, três atuam na reciclagem, três são caracterizados como projetos sociais e um se autodenomina como empreendimento de “ervas medicinais”. Entre esses segmentos, foram identificadas cooperativas, associações e microempresas.

Esse mesmo mapeamento nos mostra que existe uma predominância de atividades que historicamente são consideradas femininas. Se partirmos do coeficiente que 40% dos empreendimentos se dedicam ao artesanato, seguido pelo segmento de alimentação, que representa 37% das atividades realizadas, os outros 23% se dividem entre reciclagem, projeto social, entidades afins, ervas medicinais. Identificamos aqui um dado muito parecido com o setor formal, onde as mulheres estão situadas em atividades laborais historicamente reconhecidas como “de mulher”.

A coexistência dessa diversidade de segmentos na região aponta para o grande potencial de diversificação de produtos e segmentos. Essa realidade define o alto grau de complexidade que envolve uma intervenção de incubação. Um projeto deste porte demandaria dar conta de distintas necessidades que encontramos em cada um dos empreendimentos visitados.

Analisando os dados, percebemos que, em Passo Fundo, as mulheres enfrentam dois problemas centrais. Primeiro, elas ainda são as maiores vítimas do desemprego e do não trabalho, e talvez por isso sejam maioria nos espaços de trabalho da Economia Solidária. O segundo problema é que, mesmo em cooperativas solidárias, as mulheres ainda carregam e reforçam a herança histórica da divisão sexual do trabalho, fazendo com que elas desempenhem apenas funções consideradas socialmente como femininas ou também chamadas “de mulher”.

Pensando o Gênero e a atividade laboral

Roberto DaMatta (1985) produziu reflexões sobre o Brasil e sobre como pensam os brasileiros. Através da análise da noção de democracia, em seu livro intitulado *A casa e a rua*, ele demonstra a especificidade da configuração ideológica brasileira. Esta estrutura possibilitaria discutir a realidade cultural brasileira em outro patamar. Segundo ele,

o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (DAMATTA, 1985, p. 82).

Partiremos da proposta de DaMatta (1985), apontando a possibilidade de compreender os conceitos *casa* e *rua* como categorias sociológicas, entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas, em outras palavras, domínios culturais institucionalizados. Dotados de uma estrutura simbólica, a divisão dos espaços de significação social – casa e rua – servem, também, para separar os contextos e como eles configuram as atitudes. Segundo ele, cada contexto possui visões de mundo e éticas particulares, e estes espaços são “esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias” (DAMATTA, 1985, p. 53).

A “rua”, segundo o autor, nos remete à possibilidade de ascender a uma dimensão onde habitam relações autoritárias, desiguais, capazes de romper com as redes de relações sociais. Portanto, a lógica da “rua” é o espaço legítimo das práticas capitalistas do mercado, onde os indivíduos se relacionam pelo anonimato. No entanto, segundo DaMatta (1985), a “casa”, constitui a dimensão na qual configuraria o espaço de honestidade, de bondade, de uma generosidade e compromisso com o povo. Não existiria espaço para o individualismo, e sim pessoas com fortes laços sociais de familiaridade, de “sangue” e de amizade.

Segundo ele, mais importante do que os elementos em oposição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos. Desta forma, DaMatta percebe o Brasil como uma sociedade relacional. Buscaremos identificar de forma relacional através da categoria sociológica da “casa”, entendida além de uma estrutura física, que constitui um espaço de socialização que foi, na história do Brasil, um espaço feminino por imposição social. Os papéis sociais culturalmente estabelecidos, onde mulher é “do lar” e o homem, “da rua” nos informam muito sobre a divisão sexual dos espaços sociais e de suas consequentes ações laborais.

Mais do que discutir as influências sociais, religiosas, familiares ou educacionais destas divisões sexistas dos espaços e das ações, o presente trabalho procura compreender como as “tarefas domésticas”, historicamente ensinadas para as figuras femininas das famílias, podem influenciar as trajetórias laborais futuras. Com isso, mais do que diferenciar espaços físicos, buscaremos pensá-los como “entidades morais,

esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (DAMATTA,1985, p.7).

Pretendemos cercar, como pano de fundo deste artigo, o quanto a trajetória social é fortemente influenciada pelas relações estabelecidas no espaço doméstico. Nossas reflexões apontam para tendências e possibilidades explicativas, mas jamais como determinações. Os dados anteriormente apresentados serão agora interpretados sob a luz das possibilidades explicativas de Roberto DaMatta.

A casa, como um reduto historicamente feminino, entre as diferentes características que o constituem, é, historicamente, um espaço de domínio da figura da mulher. *Casar*, cuidar da *casa*, criar ou cuidar dos filhos e cuidar dos enfermos constitui um conjunto de papéis sociais que são estimulados e ensinados como se fossem ofícios “naturalmente femininos”.

Apesar das conquistas de maior liberdade e do ingresso massivo no mercado de trabalho, muitos destes ofícios ainda acabam construindo uma identidade social laboral nas mulheres. Apesar das novas gerações não ficarem mais limitadas ao espaço doméstico, é na infância que se aprende, com tutela da geração anterior, os ofícios que as formarão mulheres. Aos olhos de uma sociedade que cultua essa divisão de tarefas pelo critério de gênero, os presentes dados, às próximas gerações diferenciadas pelo critério de gênero, revelam o que ensinamos para as crianças sobre o que é “de menina” e o que é “de menino”.

Neste ponto nos perguntamos: até que ponto essa cultura “feminina” dos afazeres domésticos e educação da família podem influenciar as atividades laborais futuras? Pretendemos analisar os dados qualitativos e quantitativos do mapeamento realizado em Passo Fundo para pensar essa influência que a sociedade possui, mais precisamente vinda da família, de influenciar o papel social da mulher. Nas palavras de DaMatta,

[...] eles são sempre tomados como pontos de partida axiomáticos, para a teoria dos papéis sociais. Assim, haveria um “indivíduo” que “escolheria” as suas identidades sociais, tal como “escolhemos” nossas roupas, comidas e automóveis. Isso, repito, é tomado como uma verdade que não requer demonstração sociológica. Mas o fato é que tanto em sociologia quanto na vida estamos sempre deparando com papéis que, ao contrário, “escolhem” seus atores, tornando-os instrumentos de coletividade. Fazer sociologia é levar em conta a verdade da sociedade, não a crença do sociólogo [...] (1985, p. 68 nota de rodapé).

Com bases nesta distinção proposta por DaMatta, na qual os espaços sociais constroem influências profundas na nossa identidade, podemos pensar que as atividades laborais que as mulheres carregam em sua vida profissional foram aprendidas ou estimuladas hegemonicamente pelas pessoas responsáveis por sua educação. Essa constatação corrobora com os dados do nosso mapeamento da realidade dos empreendimentos de economia solidária no município de Passo Fundo.

Nas entrevistas realizadas, essa realidade ficou ainda mais visível quando percebemos que 90% dos entrevistados afirmam que aprenderam as atividades na infância, ou com a família. Outro dado importante é que, aproximadamente, 28,5% dos empreendimentos acreditam não precisar de qualificação profissional. Assim, podemos dizer que são pessoas que, na maioria dos casos, se dedicam a atividades artesanais ou domésticas, as quais aprenderam com os membros femininos de suas famílias.

Fica claro, também, que, no município de Passo Fundo, ainda se conserva a herança histórica da divisão de tarefas, fortemente influenciada pelo critério de gênero. Portanto, existe uma influência profunda na trajetória de socialização da mulher, que, desde os primeiros anos, aprende afazeres “de casa” ou “do lar”. Ou seja, trabalhos artesanais e domésticos acabam marcando a identidade laboral das mulheres, inclusive nos espaços cooperativos que apontam para a busca da reprodução das desigualdades.

Os empreendimentos solidários, mesmo tentando se construir em moldes igualitários, acabam reproduzindo, em parte, essa divisão de atividades pelo critério estabelecido de gênero. Esse reforço da divisão sexual do trabalho pode e deve ser problematizado, sob o risco de apenas reproduzir a mesma lógica do mercado formal capitalista dominante.

O protagonismo das mulheres que formam e gestam as cooperativas totalmente voltadas para atividades femininas acaba limitando a possibilidade delas se inserirem em atividades mais rentáveis e com ganhos mais dignos, que conferem maior poder econômico no mercado e, assim, construiriam maiores garantias. Nesse contexto, mesmo que as cooperativas solidárias consigam estabelecer uma relação de igualdade interna entre homens e mulheres pelo caminho da gestão participativa, o mesmo não ocorrerá nos ganhos e nas atividades ditas exclusivas “de homens”, como é o caso da produção de insumos, cortes de carne e comércio. A Economia Solidária aponta para possibilidades de superação destas desigualdades, mas precisa adotar problematizações

internas, e esse se constitui como um compromisso do atual projeto de incubação universitária.

Conclusões

Sobre os dados e reflexões apresentados, há duas dimensões que merecem ser apontadas como possibilidades que culminaram em outro nível de amadurecimento intelectual do grupo. Primeiramente, a dimensão processual, que o projeto vivenciou por meio de uma longa trajetória de existência e de diferentes experiências acumuladas. Em segundo, a dimensão de grupo, que, mesmo com a modificação rotineira de alunos, que seguem o fluxo da sua própria vida acadêmica, se mantém como um crescente em relação ao seu grau de interdisciplinaridade e de riqueza de debates, leituras e ações.

Dessa última dimensão, pode-se destacar o potencial que a futura proposta de intervenção carrega. Temos, atualmente, olhares de distintas experiências, áreas e enfoques que nos permitem problematizar a realidade do trabalho cooperativo em diferentes frentes, entre elas a questão da cultura laboral e de gênero como apresentada no presente estudo.

O recorte de gênero aqui problematizado apontou para uma tendência de reprodução da desigualdade de gênero, mesmo em um espaço que busca constituir “uma outra economia”. Esses resultados sinalizam a importância de novos espaços de reflexão no nosso projeto de extensão. Todavia, também é um importante indicador que estes desdobramentos acadêmicos servirão, também, para pautar os operadores das políticas públicas. Esses e outros aspectos reforçam a perspectiva do projeto de extensão que pretende formular uma proposta consistente de assessoramento aos empreendimentos, objetivando fortalecer a Economia Solidária no município de Passo Fundo. A identificação da centralidade das assessorias no auxílio aos empreendimentos apontam para a relevância de uma Universidade Comunitária quando a mesma se coloca como proponente de um projeto de extensão que prioriza criar formas inovadoras de intervenção social.

Mais que um espaço formal de produção de conhecimentos e ações de intervenção, o nosso principal objetivo está alicerçado principalmente na construção de experiências complementares na formação dos alunos e professores. Tornar as experiências curriculares algo além de uma experiência de pesquisa tradicional carrega

a possibilidade de professores, acadêmicos e comunidade pensem em conjunto na busca de alternativas de construção coletiva de novas experiências de trabalho descente.

REFERÊNCIAS

BOTTESINI, Camila; BERNARDI, Analu; FIOREZE Cristina; MORETTO, Clenir Maria; HENRICH, Giovana. Arte e cultura como dispositivos de intervenção à violência infanto-juvenil In: BAPTISTA, Gladis Luisa; Saraiva, Cristiane Aparecida Souza (orgs.). Arte e Cultura. Novo Hamburgo: Feevale, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Economia Solidária. **As origens Recentes Da Economia Solidária No Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 23 junho 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Acesso online às **Bases de Dados. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em: 10 out. 2014.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA – FEE. **Indicadores**. Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/apresentacao/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Amostra De Domicilio**. Rio de Janeiro, 1999. Acesso em: 23 de junho de 2015.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Amostra De Domicilio**. Rio de Janeiro, 2001. Acesso em: 23 de junho de 2015.

_____. População. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 02 out. 2014.

MORETTO, Cleide F. A História Econômica do Município de Passo Fundo: evidências à luz do seu desenvolvimento socioeconômico. In: BATISTELLA, Alessandro. **Passo Fundo e sua História: indígenas [...] identidade**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, v. 1. p. 259-276.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5290/4329>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

OST, Stelamaris. **Mulher e mercado de trabalho**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 64, maio 2009. Acesso em: 02 de junho de 2015.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. SP: Companhia de Bolso, 2010, p. 29.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão sexual do trabalho. In. Cattani, Antonio David. **Trabalho E Tecnologia Dicionário Crítico**. Porto Alegre, Editora Da Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 1997. p. 61-63.

SINGER, Paul. Economia solidária. In. Cattani, Antonio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003. p. 116-125.